



CASA DE EPITÁCIO PESSOA  
GABINETE DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE

**Projeto de Lei nº. 1.963 /2024.**  
(Da Deputada Danielle do Vale)

**Dispõe sobre o cômputo do período de licença maternidade no estágio probatório das servidoras públicas civis do Estado da Paraíba e dá outras providências.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:**

**Art. 1º** Fica estabelecido que o tempo de licença maternidade será considerado como efetivo exercício no estágio probatório, não podendo este período ser utilizado como critério desfavorável em avaliações ou progressões.

*Parágrafo único.* Para os efeitos desta lei, a avaliação durante o estágio probatório deverá considerar o desempenho da servidora nos períodos antes e após a licença maternidade, assegurando equidade e justiça na avaliação de seu desempenho profissional.

**Art. 2º** Entende-se por período de licença maternidade o afastamento da servidora pública em virtude de parto, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, Casa de Epitácio Pessoa, João Pessoa, 01 de Abril de 2024.

**DANIELLE DO VALE**  
Deputada Estadual



CASA DE EPITÁCIO PESSOA  
GABINETE DA DEPUTADA **DANIELLE DO VALE**

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei tem por objetivo garantir que o período de licença maternidade seja computado no estágio probatório de membras das servidoras públicas civis que se enquadrem na condição de gestantes, lactantes, e dá outras providências.

A licença maternidade é um direito fundamental das mulheres. Mais do que um direito das mulheres, é também um direito da criança, cuja absoluta prioridade constitucional impõe o dever de proteção à família, à sociedade e ao Estado (CR, art.227). Direito à convivência familiar que acompanha mãe e filho durante todo o crescimento da criança e é especialmente relevante nos primeiros momentos de sua vida, quando há a efetiva construção de laços de afinidade e afetividade, com os primeiros processos de desenvolvimento neurológico, cognitivo, psicomotor e emocional.

O STF, nos autos do RE 1.058.333, de relatoria do Min. Luiz Fux, ao examinar o direito das gestantes à remarcação de provas em concurso, estabeleceu, em sede de Repercussão Geral, que a inexistência de previsão ou a vedação de remarcação não poderia afetar o direito da gestante “vez que fundado em valores constitucionais maiores cuja juridicidade se irradia por todo o ordenamento jurídico”. Na mesma decisão, restou fixado que “a condição de gestante goza de proteção constitucional reforçada, por ter o constituinte estabelecido expressamente a proteção à maternidade, à família e ao planejamento familiar”.

Especificamente sobre o tema estágio probatório, o Supremo Tribunal apontou que "o disposto no art. 41 da Constituição da República, pelo qual se estabelece que a obtenção da estabilidade no serviço público ocorre após três anos de efetivo exercício, deve ser interpretado em consonância com os princípios constitucionais da igualdade de gênero, proteção à maternidade, dignidade da mulher e planejamento familiar”, sendo “constitucional o cômputo do período de licença à gestante no período do estágio probatório da servidora pública pelo imperativo da máxima efetividade dos direitos fundamentais.”

Suspender o estágio probatório durante o período de licença maternidade é, portanto, uma forma de discriminação à mulher, uma vez que elas são as únicas prejudicadas por esse adiamento. É necessário, portanto, que apreciemos as normas sob uma perspectiva de gênero, para reconhecer aquela interpretação que melhor se coadune com os princípios e valores expressos na nossa Constituição.

Destaque-se, por fim, que o Brasil se comprometeu no âmbito internacional a efetivar políticas para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto 4.377/2002), o que inclusive está alinhado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº



CASA DE EPITÁCIO PESSOA  
GABINETE DA DEPUTADA **DANIELLE DO VALE**

5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Portanto, solicito a meus nobres pares o apoio necessário para aprovação deste projeto de lei.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 01 de Abril de 2024.

**DANIELLE DO VALE**  
Deputada Estadual